



**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Governo

**OFÍCIO\_EXTERNO nº 2609/2020**

Araucária, 07 de agosto de 2020

**À Senhora**

**AMANDA NASSAR**

DD. Presidente da Câmara

Rua Elizabete Werka, 55 - Jardim Petrópolis - Fazenda Velha

Araucária/PR

**Assunto: Resposta ao Requerimento 204/20 - Processo 40909/20.**

Senhora Presidente,

Em resposta ao requerimento nº 204/20, de vossa autoria, que solicita informações referentes a concursos públicos, a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas enviou despacho e relatórios (anexos) com os devidos esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Genildo Carvalho**

**Secretário Municipal de Governo**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2020 11:10 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/p5132a6ce24c9a>.



Assinado eletronicamente por:  
GENILDO PEREIRA CARVALHO  
015.048.429-10  
11/08/2020 11:10:20



## **Prefeitura do Município de Araucária**

Procuradoria Geral do Município

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 30.456/2020**

**ASSUNTO:** Decreto visando suspender o prazo de validade de determinados concursos públicos durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020

Ementa: Suspensão da Vacância de Concursos Públicos. Artigo 8º, inciso IV e V e artigo 10, caput, §§2º e 3º da LC 173/2020.

### **PARECER PGM N° 894/2020**

#### **I – PRELIMINAR**

Inicialmente, antes de adentrar na análise de mérito do presente Processo Administrativo 30.456/2020, que trata de consulta originária da Secretaria Municipal de Planejamento (SMPL) versando de forma ampla e geral, sobre expedição de Decreto, visando regulamentar a Lei Complementar Nacional 173/2020; vê-se que o Processo Administrativo 34.856/2020, originário da Secretária Municipal de Gestão de Pessoas- SMGP, trata da possibilidade da suspensão do prazo de validade dos concursos públicos (a partir da vigência do Decreto Legislativo 06/2020, que estabeleceu estado de calamidade pública ante a Pandemia do Corona Vírus-COVID19).

Desta forma, com a instauração posterior do PA 34.856/2020, bem como o PA 30.456/2020 possuir objeto mais abrangente, imperioso se mostra o apensamento daquele a este processo, em homenagem aos princípios da economia processual, efetividade e duração razoável do processo.

#### **II – RELATÓRIO**

O processo Administrativo 30.456/2020, como dito, fora instaurado pela



## **Prefeitura do Município de Araucária**

Procuradoria Geral do Município

Secretaria Municipal de Planejamento - SMPL que solicita a análise e parecer acerca da suspensão dos concursos públicos em cumprimento a Lei Complementar nº 173/2020, apresentando minuta de Decreto.

*01- Trata-se de Projeto de Decreto Municipal visando suspender o prazo de validade de determinados concursos públicos durante a vigência do decreto legislativo nº 6/2020 que decretou estado de calamidade em razão do coronavírus-sars-cov2;*

*02- A pretensão visa auxiliar na análise e edição de decreto (conforme minuta);*

*03- Segue juntada cópia da Lei Complementar nº 173/2020, a qual trata em seu art. 10 da suspensão do prazo dos concursos públicos em todo o território nacional, homologados antes da Declaração de Calamidade Pública pelo Coronavírus;*

*04- Sugere ainda que inclua a revogação de decretos que prorrogaram os prazos de concursos caso a suspensão seja decretada;*

*05- Segue para análise e, se for o caso, autorização do Senhor Prefeito, após a PGM.*

A SMGP informa em despacho nos autos que:

*À SMPL, informamos que o Processo 34856/2020 já está tratando da suspensão do prazo da validade dos Concursos Públicos vigentes. Desta forma, retorno para conhecimento e demais finalidades.*

A SMPL se manifestou no seguinte sentido:

*Sr. Secretário,*

*Considerando a informação da Secretaria de Gestão de Pessoas contida no mov. retro;*

*Considerando que estes autos foram instaurados em 04/06/20 e o Processo 34856/2020 instaurado em 01/07/20;*

*Considerando que o segundo processo consta apenas minuta de "Edital" e o pedido inicial se refere a suspensão do prazo de concursos já vencidos como de "Auxiliar Administrativo"; e*

*Considerando que o objeto do presente é mais abrangente, tal como consta minuta de Decreto para regulamentar a LC 173/2020 no âmbito local para aplicação de caráter amplo e geral (conforme art. 56, VI, e XII da LOMA)...*



## Prefeitura do Município de Araucária

Procuradoria Geral do Município

*Sugiro a remessa dos autos à PGM para apensamento aos autos de nº 34856/20 a fim de auxiliar na elaboração da norma cabível a regulamentar a Lei Complementar que se pretende aplicar.*

*01- Trata-se de Projeto de Decreto Municipal visando suspender o prazo de validade de determinados concursos públicos durante a vigência do decreto legislativo nº 6/2020 que decretou estado de calamidade em razão do coronavírus-sars-cov2;*

*02- Para análise nos termos da manifestação retro.*

Vieram os autos a esta Procuradoria-Geral para análise e parecer.

### III - MÉRITO

Inicialmente, cumpre-nos asseverar que a Procuradoria-Geral do Município de Araucária não tem a prerrogativa de se manifestar quanto ao interesse, necessidade, ou pertinência político-administrativa, limitando-se, tão somente, à análise jurídica da questão suscitada.

A Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 nasceu com a finalidade de estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outras providências.

A norma fixa a transferência de recursos financeiros aos Estados e Municípios visando minimizar os efeitos econômicos provocados pela pandemia do coronavírus, especialmente no tocante à arrecadação do poder público, fortemente abalada com a paralisação das atividades em todas as áreas. Além dos valores que totalizam R\$ 60 bilhões no seu conjunto, a Lei Complementar estabelece procedimentos que flexibilizam passivos do erário.

Contudo, o socorro financeiro do Governo Federal impõe contrapartidas, que devem ser observadas até o final do presente exercício de 2020 e outras que se estendem até 31 de dezembro de 2021.

Primeiramente, cumpre ressaltar que a Lei Complementar 173/2020, em seu artigo 10, *caput*, §§ 2º e 3º, assim dispõe:



**Prefeitura do Município de Araucária**

Procuradoria Geral do Município

**Art. 10. Ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.**

**§ 1º (VETADO).**

**§ 2º Os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública.**

**§ 3º A suspensão dos prazos deverá ser publicada pelos organizadores dos concursos nos veículos oficiais previstos no edital do concurso público.**

A Calamidade Pública foi decretada pela União através do Decreto Legislativo nº 6/2020, com prazo de vigência de 20/03/2020 a 31/12/2020:

**Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.**

A suspensão do prazo de validade dos concursos públicos estabelecida pelo art. 10 da Lei Complementar nº 173/2020 tem aplicabilidade restrita aos concursos da esfera federal.

**Portanto, é possível que o município, mediante decreto, também suspenda o prazo de validade dos concursos públicos homologados até o dia 20/03/2020, sendo que a suspensão permanecerá até o dia 31/12/2020.**

A LC 173/2020, ainda estabelece que:

**Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a**



*União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:*

*(...)*

*IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;*

*V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;*

Importante esclarecer que durante a suspensão poderão ser admitidos servidores dos concursos suspensos ou por novos concursos desde que respeitadas as disposições do art. 8º da LC 173/2020, ou seja, para reposição decorrente de vacância de cargos efetivos (falecimento, aposentadoria, demissão e exoneração) e para contratações temporárias. Deve-se ainda respeitar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente com relação ao limite de gastos com despesa de pessoal.

É juridicamente viável o prosseguimento dos concursos públicos em andamento, que demandarão, se for o caso, adaptação do edital à restrição do inciso V c/c inciso IV do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, para excluir, das vagas previstas, aquelas destinadas ao provimento de cargos nunca antes preenchidos, circunscrevendo-as às reposições de cargos efetivos vagos ou que vierem a vagar em razão de aposentadoria, falecimento, exoneração, demissão, outras hipóteses de perda do cargo previstas constitucionalmente.

#### **IV - CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO**

Desta forma, diante dos termos do artigo 8º, inciso IV e V e artigo 10, caput, §§2º e 3º da LC 173/2020, a Procuradoria Geral do Município opina<sup>1</sup> pela possibilidade da suspensão da

<sup>1</sup> “EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO. AUDITORIA PELO TCU. RESPONSABILIDADE DE PROCURADOR DE AUTARQUIA POR EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO-JURÍDICO DE NATUREZA OPINATIVA. SEGURANÇA



**Prefeitura do Município de Araucária**

Procuradoria Geral do Município

vacância dos concursos públicos homologados até 20/03/2020 (data da publicação do Decreto Legislativo 6/2020) até 31/12/2020.

Necessário o apensamento do processo administrativo 34.856/2020 ao presente, nos termos da fundamentação. **Encaminhem-se à SMGP para ciência do teor do parecer e decisão.**

**É o Parecer.**

Araucária, 6 de agosto de 2020.

CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS

Procurador do Município

OAB/PR 41.514

Matr. 9827

---

DEFERIDA. I. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídica deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir. II. No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. III. Controle externo: É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido." (STF, Tribunal Pleno, MS 24631 / DF, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Julgamento: 09/08/2007, Publicação: DJe-018 DIVULG 31-01-2008 PUBLIC 01-02-2008 EMENT VOL-02305-02 PP-00276 RTJ VOL-00204-01 PP-00250)



**Processo Nº 30456 / 2020 - [Em Análise]**

Código Verificador: 76A1

**Requerente:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**Detalhes:** SUGERE A EDIÇÃO DE DECRETO VISANDO SUSPENDER O PRAZO DE VALIDADE DE DETERMINADOS CONCURSOS PÚBLICOS DURANTE A VIGÊNCIA DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2020 QUE DECRETOU ESTADO DE CALAMIDADE EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS-SARS-COV2**Assunto:** DECRETOS**Subassunto:** ELABORACAO DE DECRETO**Procurador:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Previsão:** 19/06/2020**Anexos**

Descrição	Usuário	Data
GUIA:384430/1.pdf	IGOR VILLE LUBIAN	04/06/2020
MINUTA DECRETO SUSPENSAO CONCURSOS.pdf	IGOR VILLE LUBIAN	04/06/2020
MINUTA DE DECRETO.docx	IGOR VILLE LUBIAN	04/06/2020
GUIA:384430/4.pdf	IGOR VILLE LUBIAN	04/06/2020
LC 173.pdf	IGOR VILLE LUBIAN	21/07/2020
GUIA:384430/8.pdf	SAMUEL ALMEIDA DA SILVA	23/07/2020
GUIA:384430/16.pdf	IGOR VILLE LUBIAN	03/08/2020
GUIA:384430/18.pdf	SAMUEL ALMEIDA DA SILVA	03/08/2020
PA 30456-2020 - Despacho PGM.pdf	SUZANA TIMM ARF	04/08/2020
parecer 894- suspensao lc 173.pdf	CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS	06/08/2020

**Requerentes Adicionais**

Nome	CPF/CNPJ
IGOR VILLE LUBIAN	088.953.569-85

**Histórico****Setor:** SMPL - SECRETÁRIO**Abertura:** 04/06/2020 15:28**Entrada:** 04/06/2020 16:05:09**Usuário:** IGOR VILLE LUBIAN**Recebido por:** IGOR VILLE LUBIAN**Observação:** SUGERE A EDIÇÃO DE DECRETO VISANDO SUSPENDER O PRAZO DE VALIDADE DE DETERMINADOS CONCURSOS PÚBLICOS DURANTE A VIGÊNCIA DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2020 QUE DECRETOU ESTADO DE CALAMIDADE EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS-SARS-COV2**Setor:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Origem:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMPL - SECRETÁRIO**Usuário Destino:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Saída:** 04/06/2020 16:07**Entrada:** 08/06/2020 13:29**Movimentado por:** IGOR VILLE LUBIAN**Recebido por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Observação:** Segue para análise da minuta, assinatura do expediente e, e for o caso, remessa ao Gabinete do Prefeito**Setor:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Origem:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMPL - SECRETÁRIO**Usuário Destino:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Saída:** 21/07/2020 15:03**Entrada:** 21/07/2020 16:15**Movimentado por:** IGOR VILLE LUBIAN**Recebido por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Observação:** Sr. Secretário, Visando auxiliar na análise e edição de decreto (conforme minuta), procedo a juntada de cópia da Lei Complementar nº 173/2020, a qual trata em seu art. 10 da suspensão do prazo dos concursos públicos em todo o território nacional, homologados antes da Declaração de Calamidade Pública pelo Coronavírus. Em tempo, sugiro remessa dos autos a PGM, após autorização do Prefeito, para que promova as alterações necessárias, bem como inclua a revogação de decretos que prorrogaram os prazos de concursos caso a suspensão seja decretada. É o que tenho a informar.





---

**Histórico**

---

**Setor: SMGO - SECRETÁRIO****Setor Origem:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMGO - SECRETÁRIO**Saída:** 23/07/2020 11:29**Entrada:** 23/07/2020 12:56**Movimentado por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Recebido por:** GENILDO PEREIRA CARVALHO

**Observação:** 01- Trata-se de Projeto de Decreto Municipal visando suspender o prazo de validade de determinados concursos públicos durante a vigência do decreto legislativo nº 6/2020 que decretou estado de calamidade em razão do coronavírus-sars-cov2; 02- A pretensão visa auxiliar na análise e edição de decreto (conforme minuta); 03- Segue juntada cópia da Lei Complementar nº 173/2020, a qual trata em seu art. 10 da suspensão do prazo dos concursos públicos em todo o território nacional, homologados antes da Decretação de Calamidade Pública pelo Coronavírus; 04- Sugere ainda que inclua a revogação de decretos que prorrogaram os prazos de concursos caso a suspensão seja decretada; 05- Segue para análise e, se for o caso, autorização do Senhor Prefeito, após a PGM.

**Setor: SMGP - RECEPÇÃO DE PROCESSOS****Setor Origem:** SMGO - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMGP - RECEPÇÃO DE PROCESSOS**Saída:** 24/07/2020 16:08**Entrada:** 27/07/2020 09:34**Movimentado por:** GENILDO PEREIRA CARVALHO**Recebido por:** PATRICIA PIRES SERRA FAGUNDES

**Observação:** I - À SMGP Segue para ciência e manifestação em atendimento ao contido na minuta para edição de Decreto, após encaminhe-se; II - À PGM-NAJ Para ciência, análise e elaboração de Parecer Jurídico; III- Por fim, retornem os autos à SMGO para Autorização do Exmo Sr. Prefeito.

**Setor: SMGP - SECRETÁRIO****Setor Origem:** SMGP - RECEPÇÃO DE PROCESSOS**Setor Destino:** SMGP - SECRETÁRIO**Usuário Destino:** RYAM HISSAM DEHAINI**Saída:** 27/07/2020 09:35**Entrada:** 27/07/2020 10:27**Movimentado por:** PATRICIA PIRES SERRA FAGUNDES**Recebido por:** RYAM HISSAM DEHAINI

**Observação:** Segue para ciência e demais procedimentos.

**Setor: SMPL - SECRETÁRIO****Setor Origem:** SMGP - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMPL - SECRETÁRIO**Usuário Destino:** IGOR VILLE LUBIAN**Saída:** 27/07/2020 14:53**Entrada:** 27/07/2020 15:58**Movimentado por:** RYAM HISSAM DEHAINI**Recebido por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA

**Observação:** À SMPL, Informamos que o Processo 34856/2020 já está tratando da suspensão do prazo de validade dos Concursos Públicos vigentes. Desta forma, retorno para conhecimento e demais finalidades.

**Setor: SMPL - SECRETÁRIO****Setor Origem:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMPL - SECRETÁRIO**Usuário Destino:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Saída:** 03/08/2020 10:14**Entrada:** 03/08/2020 13:32**Movimentado por:** IGOR VILLE LUBIAN**Recebido por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA

**Observação:** Sr. Secretário, Considerando a informação da Secretaria de Gestão de Pessoas contida no mov. retro; Considerando que estes autos foram instaurados em 04/06/20 e o Processo 34856/2020 instaurado em 01/07/20; Considerando que o segundo processo consta apenas minuta de "Edital" e o pedido inicial se refere a suspensão do prazo de concursos já vencidos como de "Auxiliar Administrativo"; e Considerando que o objeto do presente é mais abrangente, tal como consta minuta de Decreto para regulamentar a LC 173/2020 no âmbito local para aplicação de caráter amplo e geral (conforme art. 56, VI, e XII da LOMA)... Sugiro a remessa dos autos à PGM para apensamento aos autos de nº 34856/20 a fim de auxiliar na elaboração da norma cabível a regulamentar a Lei Complementar que se pretende aplicar.



---

**Histórico**

---

**Setor:** PGM - PROCURADOR GERAL**Setor Origem:** SMPL - SECRETÁRIO**Setor Destino:** PGM - PROCURADOR GERAL**Saída:** 03/08/2020 13:36**Entrada:** 03/08/2020 16:42**Movimentado por:** SAMUEL ALMEIDA DA SILVA**Recebido por:** AGATHA LOUISIE FREDERICO**Observação:** 01- Trata-se de Projeto de Decreto Municipal visando suspender o prazo de validade de determinados concursos públicos durante a vigência do decreto legislativo nº 6/2020 que decretou estado de calamidade em razão do coronavírus-sars-cov2; 02- Para análise nos termos da manifestação retro.**Setor:** PGM - NAJ - PROCESSO LEGISLATIVO**Setor Origem:** PGM - PROCURADOR GERAL**Setor Destino:** PGM - NAJ - PROCESSO  
LEGISLATIVO**Saída:** 03/08/2020 16:43**Entrada:** 04/08/2020 08:42**Movimentado por:** AGATHA LOUISIE FREDERICO**Recebido por:** SUZANA TIMM ARF**Observação:** Para providências junto ao Procurador-geral.**Setor:** PGM - AÇÕES ESPECIAIS E FUNCIONAIS**Setor Origem:** PGM - NAJ - PROCESSO  
LEGISLATIVO**Setor Destino:** PGM - AÇÕES ESPECIAIS E  
FUNCIONAIS**Usuário Destino:** CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS**Saída:** 04/08/2020 14:39**Entrada:** 06/08/2020 16:38**Movimentado por:** SUZANA TIMM ARF**Recebido por:** CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS**Observação:** Em anexo despacho PGM. Ao Dr. Carlos André Amorim Lemos para apensamento ao PA 34856/2020 e análise dos dois processos.**Setor:** SMGP - SECRETÁRIO**Setor Origem:** PGM - AÇÕES ESPECIAIS E  
FUNCIONAIS**Setor Destino:** SMGP - SECRETÁRIO**Saída:** 06/08/2020 16:42**Entrada:** 06/08/2020 16:59**Movimentado por:** CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS**Recebido por:** RYAM HISSAM DEHAINI**Observação:** À SMGP, Segue Parecer 894/2020**Setor:** SMGP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**Setor Origem:** SMGP - SECRETÁRIO**Setor Destino:** SMGP - DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**Usuário Destino:** NESSANA FALLER DA MATA**Saída:** 06/08/2020 17:00**Entrada:** 10/08/2020 10:02**Movimentado por:** RYAM HISSAM DEHAINI**Recebido por:** NESSANA FALLER DA MATA**Observação:** Segue para conhecimento e demais procedimentos.

**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

**P.A 40.909/2020**

Em resposta à Indicação nº 204/2020 da Câmara Municipal de Araucária segue listagem dos concursos vigentes no momento:

<b>Editais de Abertura</b>	<b>Cargos</b>	<b>Prazo de validade</b>
029/2017	Profissional do Magistério – Professor Docência I e Profissional do Magistério – Professor Pedagogo	29/01/2022 Decreto de prorrogação 34.114/2020
030/2017	Auxiliar de Consultório Odontológico, Técnico de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Radiologia, Fonoaudiólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional	29/01/2022 Decreto de prorrogação 34.113/2020
036/2018	Motorista, Operador de Máquinas Rodoviárias e Trabalhador Braçal.	24/08/2020
037/2018	Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Administração.	26/07/2022 Decreto de prorrogação 34.755/2020
038/2018	Auditor Fiscal do Município, Arquiteto, Assistente Social, Analista de Sistemas, Contador, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Programador de Computador.	24/08/20
080/2019	Agente Municipal de Trânsito, Eletricista, Encanador, Fiscal de Edificações, Fiscal de Obras Rodoviárias, Lubrificador, Mecânico, Pedreiro, Pintor, Técnico de Agrimensura.	12/09/2021
185/2019	Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias.	16/01/2022
186/2019	Enfermeiro, Fisioterapeuta, Médico Gineco-Obstetra, Médico Psiquiatra, Cirurgião Dentista	16/04/2022
217/2019	Guarda Municipal	24/06/2022

Já estão sendo tomadas as medidas necessárias para prorrogação dos concursos nº 036/2018 e 038/2018.

Nos dias 04 de junho de 2020 e 01 de julho de 2020 foram instaurados os Processos Administrativos nº 30.456/2020 e 34.856/2020, respectivamente (Relatórios em anexo). Ambos sugerem a análise e parecer acerca da suspensão do prazo dos Concursos Vigentes com base na Lei Complementar nº 173/2020.

No dia 06 de agosto de 2020, a Procuradoria Geral do Município juntou o Parecer nº 894/2020 no Processo Administrativo 34.856/2020 no qual se manifestou favorável à suspensão do prazo dos concursos públicos vigentes a contar de 20 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

Salientamos que os decretos e editais citados nesse despacho estão disponíveis no Diário Oficial do Município.





**Prefeitura do Município de Araucária**

Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

Araucária, 10 de agosto de 2020.

**RYAM HISSAM DEHAINI**

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas



Assinado digitalmente por:  
RYAM HISSAM  
DEHAINI:09680035913  
096.800.359-13  
10/08/2020 11:06:49 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/08/2020 11:06 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p531547b27b4>.

